



**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 040/2024**

*Processo Administrativo nº: 8195/2024*

**1.1. Sumário**

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO .....	3
Objeto.....	3
Vigência do contrato .....	4
Vigência da ata .....	5
Vigência da apólice de seguro .....	5
Bem de luxo.....	5
2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO .....	5
Justificativa da necessidade de contratação .....	5
Justificativa para agrupamento do lote.....	6
Enquadramento do caráter contínuo da contratação.....	6
Levantamento do quantitativo demandado para a contratação .....	7
Justificativa para a modalidade de licitação.....	7
Adoção do Sistema de Registro de Preços .....	7
Aplicação do Código de Defesa do Consumidor nos contratos da Administração.....	7
Adoção de critérios de sustentabilidade .....	8
Resultados esperados da contratação .....	8
Fundamentação normativa .....	8
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	10
Detalhamento do objeto.....	10
Vistoria prévia .....	14
Apostilamento .....	14
Reajustamento de preços do contrato.....	15
Alteração ou atualização dos preços contratados .....	15
Garantia do objeto contratual.....	15
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	15
Cadastro de Credor na SEFAZ/AC .....	15
Sustentabilidade .....	16
Subcontratação.....	16
Alteração subjetiva.....	16



Dos impedimentos .....	16
Da anticorrupção .....	17
Da proteção de dados pessoais .....	17
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	18
Condições de execução .....	18
Local e horário do fornecimento do objeto .....	19
6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO .....	19
Obrigações do CONTRATANTE .....	19
Obrigações da CONTRATADA .....	20
Preposto .....	22
Rotinas de Fiscalização .....	22
Fiscalização Técnica.....	22
Gestor do Contrato.....	24
Sanções Administrativas.....	24
Da extinção do contrato.....	27
7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO.....	28
Recebimento .....	28
Liquidação.....	29
Prazo de pagamento .....	30
Forma de pagamento .....	30
Cessão de crédito .....	31
8. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	31
Modalidade e critério de julgamento.....	31
Regime de Execução.....	32
Exigências de habilitação.....	32
Se possuir cadastro no SICAF .....	32
9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	33
Da pesquisa de mercado .....	33
Metodologia aplicada.....	33
Dos custos estimados .....	33
Justificativa de escolha dos fornecedores.....	33
10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	33



## 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

### Objeto

1.1. O presente termo tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular para atender a frota de veículos oficiais pertencentes à Prefeitura Municipal de Itaocara, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Instrumento:

 <div><b>Governo do Estado do RIO DE JANEIRO</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOCARA</b> Secretaria Municipal de Educação PE 040/2024</div>				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PLACA	ANO	MODELO
1	Volkswagen Ônibus 15.190 EOD; Ano/modelo: 2012/2012; Combustível: Diesel	LQO4261	2012	2012
2	Volkswagen Ônibus 15.190 EOD; Ano/modelo: 2012/2012; Combustível: Diesel	KPB2392	2012	2012
3	VW/NEOBUS 15.190 ESC; Ano/modelo: 2022/2023; Combustível: Diesel	RIS9D02	2022	2023
4	Iveco/Cityclass 70C17 - Pas/ônibus	LLY8300	2013	2014
5	VW/NEOBUS 15.190 ESC; Ano/modelo: 2022/2023; Combustível: Diesel	RJG8F10	2022	2023
6	Marcopolo Minibus Volare V8L Escolar 4X4 E5; Ano/modelo: 2012/2013; Combustível: Diesel	KPJ7136	2012	2013
7	Marcopolo Minibus Volare V8L Escolar 4X4 E5; Ano/modelo: 2013/2013; Combustível: Diesel	KWC8129	2013	2013
8	SCUDO CARGO 1.5 TD	SRZ6F38	2024	2024
9	STRADA FREEDOM CD 1.3	SRZ3D49	2024	2024
10	SPIN 1.8 LTZ	SRW6J78	2024	2025
11	Marcopolo Minibus Volare W9 Ecolar Acess; Ano/modelo: 2020/2021; Combustível: Diesel	RJQ4J62	2020	2021
12	Volkswagen Ônibus 15.190 EOD; Ano/modelo: 2018/2019; Combustível Diesel	LMR3F39	2018	2019
13	Volkswagen Ônibus 15.190 EOD; Ano/modelo: 2018/2019; Combustível Diesel	LMR3E69	2018	2019



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOCARA

CNPJ: 28.615.557/0001-56



## Governo do Estado do RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOCARA Secretaria Municipal de Governo PE 040/2024

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PLACA	ANO	MODELO
1	NXR 160 Bros ESDD	SRW2B46	2024	2024
2	STRADA FREEDOM CD 1.3	SRZ3D59	2024	2024
3	Volkswagen Nova Saveiro Robust 1.6 8V Total Flex GVI; Ano/modelo: 2020/2021; Combustível: Gasolina/Álcool	RKV0G25	2020	2021
4	NISSAN VERSA SENSE CVT	SRP7A41	2023	2024
5	Volkswagen Novo Voyage Comfortline 1.6 8V Flex GVI; Ano/modelo: 2018/2018; Combustível: Gasolina/Álcool	KZC6686	2018	2018
6	Volkswagen Novo Gol Trendline 1.0 12V Flex GVI; Ano/modelo: 2018/2018; Combustível: Gasolina/Álcool	KZC6680	2018	2018
7	Chevrolet Spin Premier 1.8 8V Econoflex; Ano/modelo: 2019/2020; Combustível: Gasolina/Álcool	RKH0B89	2019	2020
8	Agrale Micro Ônibus MA 8.5 TCA 4X2; Ano/modelo: 2002/2003; Combustível: Diesel	LOJ8133	2002	2003
9	STRADA FREEDOM CD 1.3	SRZ3D54	2024	2024
10	NXR 160 Bros ESDD	SRW2B35	2024	2024
11	Volkswagen Novo Voyage Comfortline 1.6 8V Flex GVI; Ano/modelo: 2018/2018; Combustível: Gasolina/Álcool	LTK3779	2018	2018
12	Volkswagen Virtus 1.6 MSI Flex Aut.; Ano/modelo: 2020/2020; Combustível: Gasolina/Álcool	RKD0E98	2020	2020
13	Hillux Cabine Dupla STD/ 4X4 2.08 2022/2023	RIW7D94	2022	2023
14	Ford Caminhão Cargo 1719 E5 Turbo 4X2; Ano/modelo: 2014/2014; Combustível: Diesel	LMD3991	2014	2014
15	Ford Caminhão Cargo 816 Turbo E5 4X2; Ano/modelo: 2017/2018; Combustível: Diesel	LSQ2568	2017	2018
16	NXR 160 Bros ESDD	SRW2A92	2024	2024
17	STRADA FREEDOM CD 1.3	SSB0D82	2024	2024
18	SAVEIRO CS	SSG2I76	2024	2025
19	Volkswagen Novo Voyage CL SB 2015/2016	LMI3025	2015	2016
20	Renault Master Furgão Vitre Extra 2.3 16V DCI; Ano/modelo: 2019/2020; Combustível: Diesel	RJM0F61	2019	2020
21	Renault Master Chassi-Cabine 2.3 16V DCI; Ano/modelo: 2019/2020; Combustível: Diesel	RJY0G50	2019	2020
22	Renault Master Furgão Extra 2.3 16V DCI; Ano/modelo: 2020/2021; Combustível: Diesel	RKP0G30	2020	2021
23	Renault Master Furgão Vitre Extra 2.3 16V DCI; Ano/modelo: 2018/2019; Combustível: Diesel	LRJ4C03	2018	2019
24	FIAT ARGO 1.0 FLEX 24/25 MANUAL	SSD2A55	2024	2025
25	FIAT ARGO 1.0 FLEX 24/25 MANUAL	SSD2A21	2024	2025
26	FIAT ARGO 1.0 FLEX 24/25 MANUAL	SSD2B01	2024	2025



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOCARA

CNPJ: 28.615.557/0001-56

27	FIAT ARGO 1.0 FLEX 24/25 MANUAL	SSD2A57	2024	2025
28	FIAT ARGO 1.0 FLEX 24/25 MANUAL	SSD1A20	2024	2025
29	Ranger T6 Crew Cab. 4x4 4 portas 2023/2024 Diesel	SSB9F07	2023	2024
30	Renault Master L3H2 - 20LUGARES	-	-	-
31	MASTER L2H2 AMBULANCIA - Renault	SSC3A69	2024	2025
32	MASTER L2H2 AMBULANCIA - Renault	SSC3A57	2024	2025
33	MASTER L2H2 AMBULANCIA - Renault	SSC3A63	2024	2025
34	MASTER VAN ACESSIBILIDADE - Renault	SSC3C65	2024	2025
35	FIAT MOBI LIKE	RJI6A71	2021	2022
36	FIAT MOBI LIKE	RIU5H57	2021	2022
37	Mitsubishi L200 Pick-up Cab Dup Sport Triton GL 2.4 4X4; Ano/modelo: 2018/2019; Combustível: Diesel	LUZ1E80	2018	2019
38	VW Polo Track 1.0 Flex 12v 5p 2023/2024	SRM1A21	2023	2024
39	VW Polo Track 1.0 Flex 12v 5p 2023/2024	SQV6E95	2023	2024
40	VW Polo Track 1.0 Flex 12v 5p 2023/2024	SRI0J90	2023	2024
41	VW Polo Track 1.0 Flex 12v 5p 2023/2024	SRK1A44	2023	2024
42	Renault Master Furgão 2.3 16V DCI; Ano/modelo: 2020/2021; Combustível: Diesel	RJE0F88	2020	2021
43	NXR 160 Bros ESDD	SRW2A78	2024	2024
44	NXR 160 Bros ESDD	SRW2B28	2024	2024
45	Volkswagen Novo Voyage Higline 1.6 8V Flex GVI; Ano/modelo: 2016/2017; Combustível: Gasolina/Álcool	LTA8935	2016	2017

**1.2.** Dentro do quantitativo da frota de veículos pertencente a este Órgão, restou 58 itens, agrupados em 01 lote.

**1.3.** Por ocasião, o demonstrativo atrairá maior competição entre os licitantes, bem como facilitará na fiscalização do contrato, cujo objeto é a contratação de seguro, facilitando a fiscalização e ao acompanhamento da execução contratual.

## Vigência do contrato

**1.4.** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados do recebimento da autorização de fornecimento, a partir da data de assinatura do contrato, se estendendo até o término do prazo de vigência da respectiva apólice, que vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua emissão.

**1.5.** Por se tratar da prestação de serviços a serem executados de forma contínua e desde que haja interesse público, o contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, permitida a negociação com o contrato ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes em conformidade com o Art. 107 da Lei 14.133/2021.

## Vigência da ata

**1.6.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 ano, prorrogável por igual período (Art. 84 da Lei 14.133/2021).

## Vigência da apólice de seguro



**1.7.** A vigência da apólice do seguro da frota deverá ser de 12 (doze) meses, a partir da conclusão do processo licitatório, mediante o tipo de emissão, sendo renovação ou seguro novo. Para renovação, será automática com cópia da apólice anterior ou outra forma de comprovação dos bônus ou vitória prévia para os veículos com seguro novo.

**1.8.** A contratada obriga-se aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na prestação de serviços de seguro, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

**1.9.** Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações previstas neste Instrumento e noutras disposições legais, realizar, por escrito, através de Termo Aditivo, as alterações que julgarem convenientes.

### **Bem de luxo**

**1.10.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto n.º 10.818, de 27 de setembro de 2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

### **Justificativa da necessidade de contratação**

**2.1.** A solicitação de contratação de companhia seguradora justifica-se pela necessidade da cobertura de seguro total para os veículos, pertencentes à frota oficial da Prefeitura Municipal de Itaocara, visando assegurar a restituição financeira por danos causados aos veículos provenientes de incêndio, colisão, roubo, furto, atos danosos praticados por terceiros, fenômenos naturais, queda accidental de qualquer objeto ou agente externo sobre o veículo, além de garantir assistência 24 horas para os respectivos veículos e seus ocupantes em todo território nacional, e em especial nosso estado que envolve área de fronteiras internacionais, onde esses veículos circulam constantemente em rodovias e vias de tráfego intenso, bem como em estradas de terra, estando, desta forma, sujeitos à ocorrência de sinistros diversos, que podem também originar indenizações por danos pessoais e materiais aos servidores e a terceiros, sendo, portanto, imprescindível à necessidade de cobertura de seguro para os mesmos, proporcionando mais segurança às atividades operacionais desenvolvidas diariamente no âmbito deste Órgão.

**2.2.** A Contratação de seguro visa garantir a proteção do interesse da Prefeitura Municipal de Itaocara em relação aos veículos contra os resultados negativos da ocorrência de um furto ou de um acidente que avarie o bem, além de zelar pelo patrimônio público, conforme preconizado pelo princípio constitucional da eficiência.

### **Justificativa para agrupamento do lote**

**2.4.** A opção pelo agrupamento de itens em lotes encontra justificativa no interesse público, revelando-se instrumento adequado para viabilizar, de modo célere e mais atraente aos participantes. Com vista ao atendimento do princípio da economicidade com a busca de maior e melhor competitividade, o ajuntamento objetiva principalmente despertar maior interesse dos licitantes, com a similaridade entre os itens relacionados, suas junções em lote específico tornam-no mais interessante aos olhos dos fornecedores ocasionando por consequência



maior competitividade na sessão de disputas.

**2.5.** Considerando que no sistema de licitação na modalidade pregão participam licitantes das mais diferentes regiões, do Estado, bem como do País, sendo cada item licitado em separado, possibilitando variados vencedores, não rara é a ocorrência de pedidos de desclassificações, após a sessão de disputas, por desinteresse e inviabilidade do negócio devido ao pouco valor conquistado em um ou outro item.

**2.6.** Por serem de natureza semelhante e pertencentes ao mesmo segmento de mercado, a rigor o agrupamento de vários itens num mesmo lote não compromete a competitividade do certame, tendo em vista que várias empresas, que atuam no mercado, apresentam condições e aptidão para cotar todos os itens.

**2.7.** Considerando que a atratividade pelo montante, resultará em considerável ampliação da competitividade, gerando, conseqüentemente, inúmeras repercussões positivas num processo de licitação pública, dentre estas, a de aumentar a probabilidade de a Administração Pública firmar contrato mais vantajoso, haja vista, que ela recebe mais propostas, beneficiando a eficiência em contratos administrativos.

### **Enquadramento do caráter contínuo da contratação**

**2.8.** As características necessárias para que um bem seja considerado contínuo são: essencialidade, fornecimento forma contínua, de longa duração e possibilidade de que o fracionamento em períodos venha a prejudicar o fornecimento, o que se materializa no presente caso concreto. Considerando ainda a vigência plurianual mais vantajosa, pois a cada exercício é necessário somente a verificação de existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, bem como, a possibilidade de extinção do contrato, caso não atendido a estes dois critérios, dispensando-se, desta forma, a abertura de procedimentos administrativos para o fornecimento do objeto, por meio de pregão eletrônico, a cada exercício, que possuem um custo considerável. Outrossim, há que se frisar o maior interesse das empresas na participação do certame e possibilidade de economia em escala para a Administração.

### **Levantamento do quantitativo demandado para a contratação**

**2.9.** A estimativa de quantidade foi baseada unicamente no quantitativo de veículos que precisam de renovação de seguro, de acordo com o que cada Secretaria Municipal de Transportes solicitou no Termo de Formalização de Demanda, anexado a este processo;

### **Justificativa para a modalidade de licitação**

**2.10.** No tocante à modalidade de licitação, adotar-se-á o procedimento do **PREGÃO**, pois os serviços objeto deste Termo de Referência possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, visando preços mais competitivos. O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos do inciso XIII, do Art. 6º da Lei 14.133/2021.

### **Adoção do Sistema de Registro de Preços**

**2.11.** A adoção do Sistema de Registro de Preço se mostra adequada à presente contratação em razão de:





- a) o serviço que futuramente será adquirido ser remunerado por unidade de medida;
- b) por ser conveniente a aquisição com previsão de fornecimento parcelado;
- c) existir a necessidade de contratações frequentes;
- d) demanda incerta;
- e) não obrigar a Administração a contratar.

**2.12.** Como o procedimento via SRP não obriga a contratação em sua totalidade, é um instrumento eficaz de controle de gastos, o que lhe garante autonomia na contenção de gastos.

### **Aplicação do Código de Defesa do Consumidor nos contratos da Administração**

**2.13.** Acerca da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor aos contratos celebrados pela Administração, inobstante a divergência sobre o tema, o entendimento majoritário é o de que o contratante público poderá ser considerado consumidor final e, como tal, gozar dos benefícios do CDC sempre que estiver em posição de vulnerabilidade técnica, científica, fática ou econômica perante o fornecedor, visto que a superioridade jurídica do ente público é presumida nos contratos administrativos e desde que a Administração esteja adquirindo o produto ou serviço na condição de destinatário final, ou seja, para o atendimento de uma necessidade própria e não para o desenvolvimento de uma atividade econômica, como se afigura na hipótese do presente instrumento.

### **Adoção de critérios de sustentabilidade**

**2.14.** Justifica-se a adoção dos critérios de sustentabilidade, pois o Estado, no desempenho de suas atividades, é também poluidor na emissão de gases de efeito estufa e responsável pelo desperdício de recursos ambientais como a água, energia e combustíveis, além de ser um consumidor potencial de produtos que agredem o meio ambiente;

**2.15.** Neste sentido, a administração deve buscar através de programas de gestão pública socioambientais, modificar os padrões de produção e consumo nos órgãos públicos, por meio de adoção de novos referenciais de desempenho e atuação, pela inserção da variável socioambiental nas contratações e atividades diárias, gerando economia de recursos públicos e fomentando a responsabilidade socioambiental nas instituições públicas e privadas;

**2.16.** Desse modo, as licitações sustentáveis, assim como a coleta seletiva solidária, a educação ambiental, uso racional dos bens públicos, bem como a promoção da melhoria do ambiente de trabalho representam algumas das ações desenvolvidas através desses programas. O programa da A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública) é um exemplo de inserção de uma gestão pública socioambiental, que visa sensibilizar os gestores públicos, no sentido de promover a redução dos gastos institucionais e contribuir para a revisão dos padrões de produção e consumo com a adoção de novas práticas e procedimentos sustentáveis no âmbito da Administração Pública;

### **Resultados esperados da contratação**

**2.17.** Com a referida contratação pretende-se garantir, que a contratação propicie à Administração, economicidade, eficácia, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos





materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, bem como, melhoria no fornecimento do objeto, de forma a atender à necessidade da contratação.

**2.18.** Dessa forma, os serviços apresentam-se como necessários e indispensáveis a fim de garantir a proteção do interesse da Prefeitura Municipal de Itaocara, em relação aos veículos contra os resultados negativos da ocorrência de um furto ou de um acidente que avarie o bem, além de zelar pelo patrimônio público, conforme preconizado pelo princípio constitucional da eficiência.

### **Fundamentação normativa**

**2.19.** O presente processo administrativo consubstancia-se nas seguintes normas:

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021	Lei de Licitações e Contratos Administrativos
<u>Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006</u>	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.
<u>Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022</u>	Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Lei nº 6.938/1981, Lei nº 12.187/2009, Lei 12.305/2010	Tratam sobre a adoção de práticas de sustentabilidade sejam por aquisições de bens e/ou contratações de serviços pelo gestor público
Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022	Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção)	Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – CDC	Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOCARA

CNPJ: 28.615.557/0001-56

Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023	Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
Decreto Municipal nº 2196, de 25 de abril de 2022.	Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Município de Itaocara/RJ e dá outras providências.
Lei Federal nº 10.190, de 14 de fevereiro de 2001.	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.
Circular nº 621, de 12 de fevereiro de 2021, Superintendência de Seguros Privados	Dispõe sobre as regras de funcionamento e os critérios para operação das coberturas dos seguros de danos.



### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

#### **Detalhamento do objeto**

##### **3.1. Da modalidade de seguro de automóvel:**

**3.1.1** Pelo contrato de seguro, a Sociedade Seguradora se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo da Prefeitura Municipal de Itaocara, estado do Rio de Janeiro, relativo aos automóveis indicados no item 1.1, deste Termo de Referência, contra riscos indicados em apólice, observadas as especificações mínimas abaixo:

**3.1.2** A Sociedade Seguradora quando da apresentação da proposta deverá fazê-la na modalidade de “valor de mercado referenciado”, entendida como aquela que garante ao segurado, no caso de indenização integral por danos causados ao veículo segurado, o pagamento de quantia variável, em moeda corrente nacional, determinada de acordo com tabela de referência, conjugada com fator de reajuste, em percentual, a ser aplicado sobre o valor de cotação do veículo, na data da liquidação do sinistro.

**3.1.3** A tabela de referência utilizada para cotação dos veículos será a Tabela divulgada mensalmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

**3.1.4** Caso a tabela de referência FIPE deixe de ser publicada, ou seja, suspensa, será automaticamente substituída pela segunda tabela de referência, doravante, tabela substituta, que deverá ser indicada na proposta e na apólice de seguro.

**3.1.5** A proposta deverá considerar como Fator de Ajuste o percentual de 100% (cem por cento) do valor indicado na tabela de referência ou na tabela substituta para fins de cálculo do valor da indenização na ocasião do pagamento do sinistro.

**3.1.6** Em se tratando de veículo zero-quilômetro, no caso de indenização integral, a proposta deverá garantir, por prazo não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da sua entrega à Prefeitura Municipal de Itaocara, a reposição do valor de mercado do veículo com base no “valor de novo”, entendido como aquele valor constante da tabela de referência ou da tabela substituta quando da liquidação do sinistro.

##### **3.2. Da cobertura compreensiva:**

**3.2.1** A proposta de seguro deverá considerar cobertura do tipo compreensiva a risco total, que garanta os riscos de colisão, incêndio, roubo e furto nos casos (mínimos) de: a) Acidentes de trânsito, tais como; colisão, capotagem ou queda em barrancos, pontes e afins; b) Roubo ou furto total ou parcial do veículo segurado; c) Incêndio ou explosão accidental do veículo segurado; d) Danos causados ao veículo segurado após o roubo ou furto total, se o veículo vier a ser recuperado antes do pagamento da indenização; e) Atos danosos praticados por terceiros; f) Queda de granizo, inundações provenientes de águas de chuvas, furacão, terremoto e queda de raio; g) Queda accidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo.

##### **3.3. Da responsabilidade civil facultativa de veículos:**

**3.3.1** A Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V) será contratada a 2º risco quando houver seguros obrigatórios, a exemplo do DPVAT, Carta Verde, e deverá garantir, até o Limite Máximo de Garantia (LMG) previsto na apólice, o reembolso das



indenizações que for obrigado a pagar em virtude de culpa reconhecida por sentença judicial transitada em julgado ou mediante acordo autorizado de modo expresse pela Seguradora, exclusivamente relacionada a danos involuntários, corporais e materiais causados a terceiros durante a vigência do contrato e que decorram de risco coberto nele previsto.

**3.3.2** Na proposta apresentada, o licitante deve observar os seguintes valores máximos de garantia para a Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos:

**3.3.3** O valor de indenização constante da proposta deverá ser:

**3.3.3.1.** Morte: R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) por pessoa;

**3.3.3.2.** Invalidez: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por pessoa.

**3.4.** Da avaria:

**3.4.1** Caso haja avarias preexistentes e qualificadas na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para contratação, sendo, porém, excluídas da cobertura em caso de sinistro de perda parcial;

**3.4.2** Após procedimento de recuperação pelo Contratante, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da “Cláusula de Avaria”;

**3.4.3** Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de indenização integral;

**3.4.4** Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria, conforme este Termo de Referência será desconsiderado quaisquer cláusulas de avaria posterior, assumindo assim, a responsabilidade a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

**3.5.** Do aviso de sinistro:

**3.5.1A** Contratada deverá colocar à disposição do Contratante, todos os dias por 24 horas, central de comunicação para aviso de sinistro;

**3.5.2A** central poderá funcionar por e-mail, telefone, serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional;

**3.5.3** Após registro de sinistro por um dos meios acima elencados, a Contratada terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado;

**3.5.4** Havendo a necessidade de reboque, a Contratada deverá atender no prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro ou, nos casos que não for possível atender nesse prazo, será facultado ao Contratante a contratação direta do serviço e posterior recebimento do reembolso pela Contratada, mediante envio da documentação necessária.

**3.6.** Do bônus:

**3.6.1A** licitante vencedora, independentemente de ser ou não a atual Contratada, deverá observar os bônus a que cada veículo tem direito.

**3.7.** Do Endosso:

**3.7.1** Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice poderão ser solicitadas pelo Contratante e processadas pela seguradora mediante endosso, aplicando-se as seguintes regras.



**3.8. Da Assistência Técnica 24 horas**

**3.8.1** A proposta deverá conter serviços de Assistência Técnica 24h, em caso de acidente, roubo, furto, enchente, incêndio ou pane do veículo segurado (cobertura abrangente).

**3.8.2** O contrato deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes serviços: a) Reparo no local; b) Reboque; c) Chaveiro.

**3.9. Do Dano Moral**

**3.9.1** A proposta de seguro apresentada deve cobrir o reembolso de quantia paga a título de dano moral, pelo qual vier a ser julgado responsável em decisão transitada em julgado ou mediante acordo autorizado de modo expresse pela Seguradora, até o Limite Máximo de Garantia previsto abaixo;

**3.9.2** Valor máximo de indenização para Dano Moral: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

**3.10. Salvados**

**3.10.1** Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

**3.10.2** É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da Contratante junto aos órgãos pertinentes.

**3.11. Do Foro**

**3.11.1** As questões judiciais, entre a Prefeitura Municipal de Itaocara e a sociedade seguradora, serão processadas no Município de Itaocara, Estado do Rio de Janeiro.

**3.12. Âmbito Geográfico**

**3.12.1** Considerará com âmbito geográfico das coberturas todo território nacional.

**3.13. Dos Riscos Excluídos**

**3.13.1** As Condições Contratuais deverão apresentar as disposições de todas as coberturas incluídas no plano de seguro, com a especificação dos riscos cobertos, e quando for o caso, dos bens não compreendidos no seguro

**3.13.2** As exclusões específicas relativas a cada cobertura deverão ser inseridas após a descrição dos riscos cobertos.

**3.14. Da Apólice**

**3.14.1** Além das informações previstas em normativos específicos, a proposta e a apólice do seguro deverão conter, ainda, os seguintes dados: a) identificação do bem segurado; b) indicação da tabela de referência e da tabela substituta, bem como seus respectivos veículos de publicação; c) indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado; d) prêmios discriminados por cobertura; e) limites de indenização por cobertura; f) franquias aplicáveis; e g) bônus, quando houver.

**3.14.2** Deverá ser estabelecido prazo para a liquidação dos sinistros, limitado a 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega de todos os documentos básicos.

**3.15. Da Avaliação de Risco**

**3.15.1** Os veículos são conduzidos por servidores ou motoristas contratados, de acordo com suas devidas categorias e permanecem recolhidos em estacionamentos fechados e privativos com segurança patrimonial permanente.

**3.15.2** Diante das informações fornecidas nos itens acima e, devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

**3.16. Da Franquia**

**3.16.1** A franquia considerada é a obrigatória e não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

**3.16.2** Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.

**3.16.3** Os valores das franquias para ocorrência de sinistros com substituição unicamente de itens como para-brisa frontal, vidro traseiro, faróis, faróis de LED, faróis de milha, lanternas, retrovisores, para-choque e deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, não podendo exceder o valor máximo de franquia correspondente, conforme tabelas abaixo:

<b>Peça – Veículo tipo passeio</b>	<b>Valor Máximo de Franquia</b>
Vidros traseiros	R\$ 379,00
Para-brisa	R\$ 367,00
Lanternas	R\$ 245,00
Retrovisores	R\$ 219,00
Faróis	R\$ 269,00
<b>Peça – Veículo tipo caminhonete</b>	<b>Valor Máximo de Franquia</b>
Vidros laterais	R\$ 136,00
Para-brisa	R\$ 314,00
Vidro Traseiro	R\$ 241,00
Lanternas	R\$ 245,00
Retrovisores	R\$ 497,00
Faróis	R\$ 753,00
<b>Peça – Veículo tipo micro-ônibus</b>	<b>Valor Máximo de Franquia</b>
Vidros laterais	R\$ 199,00
Para-brisa	R\$ 407,00
Vidro Traseiro	R\$ 199,00
Lanternas	R\$ 340,00





Retrovisores	R\$ 523,00
Faróis	R\$ 596,00
<b>Peça – Veículo tipo motocicleta</b>	<b>Valor Máximo de Franquia</b>
Retrovisores	R\$ 51,00
Faróis	R\$ 96,00
Lanternas	R\$ 96,00

### Vistoria prévia

**3.17.** Havendo interesse, as empresas participantes do certame poderão realizar vistoria prévia dos veículos indicados neste Instrumento. A vistoria não é condição obrigatória para participação no certame.

**3.18.** As datas e horários deverão ser previamente agendados na Secretaria Municipal de Transportes Urbanos **Endereço:** Rua José Ivo Ribeiro da Silva - BNH  
**Telefone:** (22) 3861-8300 / 0800 202 1088  
**E-mail:** [transporte@itaocara.rj.gov.br](mailto:transporte@itaocara.rj.gov.br) **Horário de Atendimento:** 08h às 17h.

**3.19.** As empresas têm o direito à vistoria prévia, porém, a interessada deverá decidir se arcará com o ônus de tal operação ou assumirá o risco de uma avaliação menos acurada.

**3.20.** É vedado à empresa vencedora fazer quaisquer reclamações posteriores ou requerer aditivos, alegando desconhecimento de detalhes específicos dos veículos segurados.

**3.21.** A empresa licitante que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

**3.22.** A empresa que optar pelo disposto no item acima, aceitará tacitamente todas as condições e adversidades que possam existir para prestação do serviço licitado, sem nenhum ônus à Administração.

### Apostilamento

**3.23.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações (Art.136 da Lei 14.133/2021):

- I. variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- II. atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- III. alterações na razão ou na denominação social da CONTRATADA;
- IV. empenho de dotações orçamentárias.

### Reajustamento de preços do contrato

**3.24.** Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a



apresentação das propostas.

**3.25.** O reajuste a ser empreendido por meio deste procedimento não está relacionado àquele previsto na Lei nº 14.133/2021 e que é vedado no âmbito da presente contratação, mas ao índice de sinistralidade de roubo e furto. Consoante o Sindicato dos Corretores de Seguros no Estado de São Paulo, o reajuste baseado no índice de sinistralidade deve ser compreendido da seguinte forma:

*O reajuste é realizado segundo o índice de sinistralidade de roubo e furto que resulta na perda total do veículo – ou seja, no seu desaparecimento. Outro fator que é o preço da mão de obra e das peças empregadas no reparo dos automóveis, cujo valor é reajustado pelas montadoras.*

### **Alteração ou atualização dos preços contratados**

**3.26.** Os preços contratados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nos termos do disposto no art. 124, II, “d”, da Lei 14.133/2021, nas seguintes situações:

**3.26.1** para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado.

**3.26.1.1.** Está previsto no subitem anterior a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

### **Garantia do objeto contratual**

**3.27.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

**4.2.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser observados de forma geral as seguintes diretrizes e práticas consideradas sustentáveis, no fornecimento do objeto:

- a) Que causem menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
- f) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- g) Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados no objeto da



contratação.

### **Subcontratação**

**4.3.** É vedada a subcontratação total ou parcial do seu objeto, dada sua unicidade e por se tratar de bem comum, com variado número de fornecedores possíveis.

### **Alteração subjetiva**

**4.4.** Em caso de pessoa jurídica, é admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo ao fornecimento do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **Dos impedimentos**

**4.5.** É vedada a contratação de empresa cujo sócio, proprietário ou acionista seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e Servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento deste CONTRATANTE, bem como a prestação de serviço por empregado de licitante fornecedora de mão-de-obra que se enquadre na situação citada acima.

### **Da anticorrupção**

**4.7.** Para execução do presente instrumento o CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão observar o disposto na Lei 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015.

**4.8.** Fica vedado as partes signatárias deste instrumento oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto do contrato, ou de outra forma que não relacionada no contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.

### **Da proteção de dados pessoais**

**4.9.** As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente instrumento com comprometimento na proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento destes dados em meios físicos e digitais;

**4.10.** Para efeitos legais, a Prefeitura Municipal de Itaocara, figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à CONTRATADA para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. Em relação aos dados próprios de suas atividades e tratamento,



a CONTRATADA será a Controladora destes;

**4.11.** O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará à CONTRATADA, seus empregados e prepostos na obrigação de sigilo, cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da LGPD;

**4.12.** Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento do objeto, esta será realizada mediante prévia aprovação da Prefeitura Municipal de Itaocara, com a responsabilização da CONTRATADA na obtenção do consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados no objeto da contratação, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, não afastadas as penalidades aplicáveis nos termos da LGPD;

**4.13.** A CONTRATADA deverá fornecer conhecimento formal aos seus empregados e prepostos das obrigações, deveres, sanções e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata este item;

**4.14.** A LGPD permite a conservação dos dados pessoais tratados e operados pela CONTRATADA após a finalização do tratamento para o qual foram coletados nos casos listados a seguir, no mais, estes deverão ser eliminados:

**4.15.** Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Controlador;

**4.16.** Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

**4.17.** Uso exclusivo do Controlador, sendo vedado o seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados;

**4.18.** A CONTRATADA cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais legislações e regulamentações do tema em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Público Municipal e Órgão de controle administrativo em geral;

**4.19.** O Encarregado de dados indicado pela CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado de dados pelo contrato indicado pelo CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes;

**4.20.** Para casos considerados omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à CONTRATADA, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos ao setor responsável no CONTRATANTE para que decida previamente sobre a questão;

**4.21.** Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste instrumento, no Contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.



## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

**5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

**5.1.1** A apólice deverá ser disponibilizada para a Contratante, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento pela Contratada da nota de empenho emitida pela Contratante.

**5.2.** Após a disponibilização da referida apólice, a Contratante terá o prazo de 15 (quinze) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

**5.3.** Para inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a Contratada disporá de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido expresso pela Prefeitura Municipal de Itaocara.

**5.4.** O pagamento da franquia, após emissão do empenho, será efetuado para a empresa autorizada (concessionária/oficina) indicada pela seguradora, que realizará o conserto do veículo, sempre que houver algum sinistro, não sendo repassado diretamente para a seguradora.

**5.5.** A emissão do empenho e pagamento será precedida de todas as formalidades legais.

**5.6.** O pagamento da franquia será efetuado após a realização do serviço, em até 30 dias, contados do recebimento da nota fiscal eletrônica/fatura.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de fornecimento será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias, mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O CONTRATANTE poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Obrigações do CONTRATANTE**

**6.5.** Efetuar o pagamento de acordo com o previsto neste Termo;

**6.6.** Exercer, a seu critério e através de servidor ou de pessoas previamente designadas, ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do Contrato;

**6.7.** Prestar todas as informações e esclarecimentos pertinentes ao objeto deste termo;

**6.8.** Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como, por qualquer dano causado a





terceiros em decorrência de ato da Contratada e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**6.9.** A área responsável pela atividade de transportes do Contratante comunicará à empresa, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;

**6.10.** Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;

**6.11.** Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

**6.12.** Comunicar oficialmente a Contratada, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

**6.13.** O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**6.14.** Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações deste instrumento e do Contrato;

**6.15.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

**6.16.** O Contratante reserva-se no direito de descontar nas Notas Fiscais, os débitos e multas da Contratada previstas no Contrato, bem como os valores pagos a terceiros a título de ressarcimento de danos causados pela Contratada.

### **Obrigações da CONTRATADA**

**6.17.** Cumprir integralmente os termos da proposta, as obrigações, os prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência:

**6.17.1** Credenciar, perante o Contratante, um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do Contrato, indicando nome, endereço e telefone de contato;

**6.17.2** Cumprir os prazos e demais condições estabelecidas neste no de Referência;

**6.17.3** Manter durante todo o período de vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis;

**6.17.4** Informar por escrito quaisquer alterações de telefone (fixo ou celular) e de e-mail da empresa, sendo que facultativamente esta informação poderá ser feita por meio eletrônico (e-mail, SMS ou Whatsapp) encaminhado exclusivamente ao endereço de e-mail ou telefone indicados pelo Gestor ou Fiscal do Contrato;

**6.17.5** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo responsável pela Gestão/Fiscalização da execução do Contrato.

**6.17.6** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus representantes/empregados, ou ainda por infrações à legislação em vigor, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;





**6.17.7** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante.

**6.17.8** Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do Contrato firmado;

**6.17.9** A Contratada deverá manter as mesmas condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza *sine qua non* para a emissão de pagamento e aditivos de quaisquer naturezas;

**6.17.10** Corrigir quaisquer falhas apontadas pela fiscalização do Contrato;

**6.17.11** Caberá ainda à licitante vencedora as seguintes obrigações:

**6.17.11.1.** Emitir apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas, e contendo todos os dados dos veículos (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassis, região);

**6.17.11.2.** Garantir a seguridade dos veículos a partir da assinatura do Contrato;

**6.17.11.3.** Garantir o atendimento das responsabilidades civis por danos a terceiros;

**6.17.11.4.** Prestar os serviços de Assistência durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive a vidros;

**6.17.11.5.** Prestar o serviço de assistência durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive a vidros que tem por finalidade o atendimento do veículo assegurado e seus ocupantes, em situações de emergência e serão válidos em todo o Brasil, em caso de pane, acidente, roubo/furto do veículo;

**6.17.11.6.** Socorro mecânico emergencial no local do acidente;

**6.17.11.7.** Reboque do veículo (guincho abrangendo quilometragem livre);

**6.17.11.8.** Transporte dos ocupantes do veículo segurado até a residência (sede) do segurado;

**6.17.11.9.** Serviços de chaveiro;

**6.17.11.10.** Troca de pneus;

**6.17.11.11.** Envio de combustível;

**6.17.11.12.** Remoção para hospital ou domicílio do segurado por lesão;

**6.17.11.13.** Serviço de despachante;

**6.17.11.14.** Cobertura por perda parcial do veículo segurado e cobertura compreensiva 100% da tabela FIPE (seguro total);

**6.17.11.15.** Indenização integral por danos, roubo, furto qualificado ou incêndio observando os valores atualizados apurados na Tabela FIPE;

**6.17.11.16.** Cobertura por danos materiais e pessoais a terceiros;

**6.17.11.17.** Os preços serão de acordo com os valores vigentes no mercado, praticados pelas companhias de seguro, na data de apresentação das propostas, e neles deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à prestação dos serviços, assim como a discriminação da franquia e do prêmio total aos veículos.



**6.17.11.18.** A Contratada, deverá prover um número de chamada gratuita, para comunicação com o Contratante em casos de acidentes.

**6.17.11.19.** A Contratada, deverá responder pelas demais causas legais que por ventura não foram relacionadas neste termo.

**6.17.11.20.** A Contratada deverá responder pelas demais causas legais que por ventura não foram relacionadas neste termo, mas que fazem parte das Condições Gerais do Seguro de Automóveis aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados- SUSEP;

**6.17.11.21.** A Contratada permanecerá como única e total responsável perante a Prefeitura, pela cobertura do seguro contratado, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regulação dos sinistros porventura ocorridos e quanto ao pagamento da indenização devida;

**6.17.11.22.** As empresas executoras dos serviços deverão estar com a regularidade fiscal atualizada para pagamento da franquia;

**6.17.11.23.** A não regularidade fiscal das empresas executoras do serviço impossibilita o pagamento em seu CNPJ. Nesta situação a Seguradora contratada deverá emitir a Nota Fiscal, referente a franquia dos serviços executados, no seu próprio CNPJ.

**6.17.11.24.** Adotar as providências necessárias ao pagamento da indenização devida obedecendo aos prazos estabelecidos pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), após a entrega, por parte da Contratante de todos os documentos comprobatórios da ocorrência do sinistro.

## **Preposto**

**6.18.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da execução contratual, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação ao fornecimento do objeto contratado.

## **Rotinas de Fiscalização**

**6.19.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

## **Fiscalização Técnica**

**6.20.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**6.21.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

**6.22.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

**6.23.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

**6.24.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

**6.25.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual, se for o caso ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

**6.26.** Durante o fornecimento do objeto, na fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do fornecimento para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**6.27.** A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, conforme previsto neste termo de referência para aferição da qualidade do fornecimento do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, devendo apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação referente ao fornecimento do objeto.

**6.27.1** O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

**6.27.2** A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para o fornecimento do objeto com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do fornecedor do objeto.

**6.27.3** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade do fornecimento do objeto em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

**6.27.4** É vedada a atribuição à CONTRATADA da avaliação de desempenho e qualidade do fornecimento por ela realizado.

**6.27.5** O fiscal técnico deverá realizar a avaliação por entrega, para aferir o desempenho e qualidade do fornecimento do objeto contratual.

**6.28.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

**6.29.** Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações do fornecimento do objeto e da execução contratual e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade dos bens realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem



pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

### **Gestor do Contrato**

**6.30.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais (quanto for o caso), elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**6.31.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**6.32.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**6.33.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**6.34.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**6.35.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **Sanções Administrativas**

**6.36.** As sanções previstas nos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 e respectivos critérios sobre conduta e dosimetria, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, conforme detalhado nos próximos itens.

**6.37.** A empresa licitante ou a CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a



- contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - VII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou na execução do contrato;
  - VIII. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - IX. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - X. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - XI. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**6.38.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/21 as seguintes sanções:

- a) **Advertência** (Inciso I do Art. 156 da Lei 14.133/21: nas hipóteses do inciso I do item [6.37](#), que não acarretem prejuízos ao CONTRATANTE ou quando ocorrer execução insatisfatória, ou, ainda, na ocorrência de pequenos transtornos ao desenvolvimento do fornecimento do objeto, desde que sua gravidade não recomende a aplicação de uma das sanções previstas nas alíneas “d”, “e” e “f”, [do item 6.38.](#)
- b) **Multa moratória** (art. 162 da Lei 14.133/21): por dia de atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratual, proporcional ao item em atraso e nas seguintes condições:
  - b.1.** Atraso em até 10 dias, multa moratória de 3%.
  - b.2.** Atraso entre 11 e 20 dias, multa moratória de 5%.
  - b.3.** Após decorrido o prazo de 20 dias, o fiscal do contrato deverá aplicar uma das sanções previstas nas alíneas “d”, “e” ou “f” do [item 6.38.](#)
  - b.4.** Os prazos previstos nas alíneas **b.1**, **b.2** e **b.3**, “b”, do [item 6.38](#), poderão ser suspensos, caso a CONTRATADA, tempestivamente, justifique de forma plausível o atraso, e o fiscal do contrato, em não havendo prejuízos ao CONTRATANTE, aceite prorrogar o prazo de entrega, não podendo ser superior a metade do que foi inicialmente contratado. Após decorrido esse prazo, se iniciará automaticamente a contagem da multa moratória.
  - I. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.
- c) **Multa compensatória** (Inciso II e §3º do Art. 156 da Lei 14.133/21: de até 10% do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item [6.37](#) deste instrumento.
- d) **Suspensão temporária** do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE na hipótese do inciso II do item [6.37](#), por prazo não superior a 2 (dois) anos, se observadas circunstâncias atenuantes.
- e) **Impedimento de licitar** e contratar com o CONTRATANTE e demais órgãos da esfera estadual, nas hipóteses dos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item [6.37](#), quando não sejustificar a imposição de penalidade mais grave, por prazo não superior a 3 (três) anos. (§4º do Art. 156 da Lei 14.133/21).
- f) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com todos os órgãos e entidades





da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas hipóteses dos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 6.37, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item “e”, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 6.37, pelo prazo de 3 (três) até 5 (cinco) anos. (§5º do Art. 156 da Lei 14.133/21).

**6.39.** A aplicação das sanções previstas nas alíneas “d”, “e” e “f” do item 6.38, não acarretará automaticamente a rescisão dos contratos já firmados com o CONTRATANTE ou em curso de execução.

**6.40.** As sanções previstas nas alíneas “d”, “e” e “f” do item 6.38, poderão ser aplicadas juntamente com as da alínea “c”. Será facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para as sanções das alíneas “d” e “e” do item 6.38 e 10 (dez) dias corridos para as sanções da alínea “f” do item 6.38.

**6.41.** Antes da aplicação de qualquer sanção será garantido à empresa licitante ou CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

**6.42.** Os valores das multas deverão ser recolhidos na Diretoria de Finanças do CONTRATANTE no prazo estabelecido no DAE, sendo cobrada judicialmente caso ocorra sua inadimplência.

**6.43.** As penalidades aqui previstas não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no contrato ou no edital decorrer de justa causa ou impedimento, devidamente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE.

**6.44.** Situações agravantes:

- a) As sanções indicadas poderão ser majoradas em 50% para cada agravante até o limite de 60 meses, se ocorrer uma das situações a seguir:
  - a.1. Reincidência: Quando a empresa licitante já possuir registro de penalidade aplicada no âmbito da esfera estadual pela prática de qualquer das condutas tipificadas nos itens “d”, “e” e “f” do item 6.38, nos 12 meses anteriores ao fato que decorrerá a aplicação de nova penalidade.
  - a.2. Notória impossibilidade de atendimento ao edital: Quando comprovadamente a empresa licitante desclassificada ou inabilitada não detinha condições de atender ao exigido em edital.
  - a.3. Deliberado não atendimento de diligências: Quando de forma deliberada (intencional) a empresa licitante não atender ou responder solicitações relacionadas a diligências destinadas ao esclarecimento ou complementação da instrução do processo licitatório.
  - a.4. Declaração falsa de tratamento diferenciado: Quando comprovadamente a empresa licitante apresentar declaração falsa de que possui direito à tratamento diferenciado previsto em legislação específica.

**6.45.** Situações atenuantes:

- a) A pena prevista no item 6.38, alínea “f”, quando decorrente das infrações IV, V, VI, VII do item 6.37, poderá ser reduzida em 50% (uma única vez), quando não houver nenhum dano à Administração, em decorrência dos seguintes atenuantes:
  - a.1. Falha perdoável: Quando a conduta praticada pela empresa licitante for comprovadamente decorrente de falha escusável.
  - a.2. Vícios alheios à conduta do particular: Quando a conduta praticada for decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais





não tenha contribuído a empresa licitante; ou que não sejam de fácil identificação, devidamente comprovado.

a.3. Documentação equivocada que não atende ao edital, com ausência de dolo:  
Quando a conduta praticada pela empresa licitante decorrer da apresentação de documentação que não atende às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco no seu encaminhamento e não existir dolo na referida conduta.

**6.46.** A aplicação das sanções previstas nas alíneas “d”, “e” e “f” do item 6.38, não acarretará automaticamente a rescisão dos contratos já firmados com o CONTRATANTE ou em curso de execução.

**6.47.** As sanções previstas nas alíneas “d”, “e” e “f” do item 6.38, poderão ser aplicadas juntamente com as da alínea “c”. Será facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para as sanções das alíneas “d” e “e” do item 6.38 e 10 (dez) dias corridos para as sanções da alínea “f” do item 6.38.

**6.48.** Antes da aplicação de qualquer sanção será garantido à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

**6.49.** Os valores das multas deverão ser recolhidos na Diretoria de Finanças do CONTRATANTE no prazo estabelecido no DAE, sendo cobrada judicialmente caso ocorra sua inadimplência.

**6.50.** As penalidades aqui previstas não serão aplicadas quando o descumprimento do pactuado decorrer de justa causa ou impedimento, devidamente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE.

**6.51.** A aplicação das penas previstas no presente item, que trata sobre as sanções, não exclui outras sanções previstas no edital, contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal dos envolvidos, inclusive perdas e danos causados para a Administração.

**6.52.** Para a apuração dos fatos e das condutas praticadas, baseada no princípio da boa-fé objetiva, a Administração poderá promover diligências visando o esclarecimento de dúvidas e a apuração da veracidade das informações, bem como considerar todas as provas e documentos apresentados pela defesa dos envolvidos. Diligências poderão ser, inclusive, requisitadas pelo acusado, o qual terá direito ao contraditório e à ampla defesa, juntando ao processo todo meio de prova necessário à sua defesa.

### **Da extinção do contrato**

**6.53.** A extinção do contrato pela CONTRATANTE poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos incisos I, II, III, IV, V e VIII do caput do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, no qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**6.54.** A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas hipóteses previstas no §2º, incisos I, II, III e VI do art. 137 da Lei 14.133/2021.

## **7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

### **Recebimento**



**7.1.** O objeto do contrato será recebido provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias, pelo fiscal técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#)).

**7.2.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação do fornecimento a que se referem a parcela a ser paga.

**7.3.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

**7.4.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico.

**7.5.** Para efeito de recebimento provisório, ao final do fornecimento único ou a cada período mensal, no caso de fornecimento parcelado:

**7.5.1** O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações do fornecimento do objeto em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

**7.6.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**7.7.** A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, quando verificado vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento do objeto, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**7.8.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

**7.9.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**7.10.** O objeto contratado poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.11.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.12.** O objeto do contrato deverá ser recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto contratado e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.12.1** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico ou setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho no fornecimento do objeto contratual, baseado em



indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

**7.12.2** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**7.12.3** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo do objeto contratado, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**7.12.4** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**7.12.5** Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.13.** No caso de controvérsia sobre o fornecimento do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa do fornecimento do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.14.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas no fornecimento do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.15.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto contratado nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

**7.16.** O pagamento será efetuado exclusivamente através de transferência eletrônica para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto;

**7.17.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**7.17.1** o prazo de validade;

**7.17.2** a data da emissão;

**7.17.3** os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

**7.17.4** o período respectivo de execução do contrato;

**7.17.5** o valor a pagar; e

**7.17.6** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.18.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

## **Prazo de pagamento**



**7.25.** O prazo para pagamento será de até 30 dias, agrupado por período, e serão executados pela Secretaria de Fazenda, em respeito à ordem cronológica de liquidação estabelecida no documento fiscal e à disponibilidade financeira das fontes de recursos

**7.26.** No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

### **Forma de pagamento**

**7.27.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA junto à Secretaria da Fazenda do município de Itaocara/RJ.

**7.28.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.28.1** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.28.2** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.29.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

**7.30.** É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

**7.31.** As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do CONTRATANTE.

**7.32.** A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**7.33.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da cedente, a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

**7.34.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente pelo fornecimento do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos,



incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração ([INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos](#)).

**7.35.** A cessão de crédito não afetará o fornecimento do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da CONTRATADA.

#### FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

##### Modalidade e critério de julgamento

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, no Sistema de Registro de Preços - **SRP**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço do lote**.

##### **Regime de Execução**

**8.2.** O regime de execução do contrato será de acordo com a necessidade.

##### **Exigências de habilitação**

**8.3.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

**8.4.** Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

**8.5.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, mediante Certidão Negativa de Débitos Fiscais;

**8.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, mediante Certidão Negativa de Débitos Fiscais;

**8.7.** Prova de Regularidade de Situação ou Certidão Positiva com Efeito Negativa, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, relativo ao FGTS, emitida pela Caixa Econômica;

**8.8.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em relação a todos os estabelecimentos da empresa, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos da CNDT;

##### **Declarações**

**8.9.** Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos;



**8.10.** Declaração de que não possui em seus quadros, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e Servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento deste órgão, bem como a prestação de serviço por empregado de empresa fornecedora de mão-de-obra que se enquadre na situação citada acima.



## ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

### Da pesquisa de mercado

9.1.A pesquisa de preços foi realizada com base em pesquisa direta com fornecedor, tendo em vista que os preços dependem das características do veículo específico como ano, modelo, cep de pernoite, classe de bônus, e etc., o que inviabiliza que os preços sejam retirados no painel de compras. O pedido de orçamentos foi enviado para vários corretores e apenas a PORTO SEGURO e a MAPFRE atenderam a solicitação enviando propostas de preços.

9.2. Os valores da franquia serão limitados aos atuais valores da contratação vigente.

9.3. Vale ressaltar que para complementar os orçamentos, foi solicitado para fornecedores diretos;

9.4. Os orçamentos de cada item estão anexados ao processo;



**Governo do Estado do RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOCARA**  
Secretaria Municipal de Educação  
PE 040/2024

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PLACA	ANO	MODELO	CHASSI	UTILIZAÇÃO	MAPFRE	PORTO	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO
1	Volkswagen Ônibus 15.190 EOD; Ano/modelo: 2012/2012; Combustível: Diesel	LQO4261	2012	2012	9532E82WXCR254188	Educação	R\$ -	R\$ 12.564,17	R\$ 12.564,17
2	Volkswagen Ônibus 15.190 EOD; Ano/modelo: 2012/2012; Combustível: Diesel	KPB2392	2012	2012	9532E82WXCR252506	Educação	R\$ -	R\$ 12.564,17	R\$ 12.564,17
3	VW/NEOBUS 15.190 ESC; Ano/modelo: 2022/2023; Combustível: Diesel	RIS9D02	2022	2023	9532E82W6PR031023	Educação	R\$ -	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
4	Iveco/Cityclass 70C17 - Pas/ônibus	LLY8300	2013	2014	93ZL68C01E8455087	Educação	R\$ -	R\$ 12.564,17	R\$ 12.564,17
5	VW/NEOBUS 15.190 ESC; Ano/modelo: 2022/2023; Combustível: Diesel	RJG8F10	2022	2023	9532E82W2PR016342	Educação	R\$ -	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00

6	Marcopolo Minibus Volare V8L Escolar 4X4 E5; Ano/modelo: 2012/2013; Combustível: Diesel	KPJ7136	2012	2013	93PB58M1MDC044816	Educação	R\$ -	R\$ 5.077,07	R\$ 5.077,07
7	Marcopolo Minibus Volare V8L Escolar 4X4 E5; Ano/modelo: 2013/2013; Combustível: Diesel	KWC8129	2013	2013	93PB58M1MDC048185	Educação	R\$ -	R\$ 5.077,07	R\$ 5.077,07
8	SCUDO CARGO 1.5 TD	SRZ6F38	2024	2024	9VCVBYHVERA008717	Educação	R\$ 12.000,00	R\$ 6.150,87	R\$ 9.075,44
9	STRADA FREEDOM CD 1.3	SRZ3D49	2024	2024	9BD281BKHRYF34603	Educação	R\$ 7.800,00	R\$ 4.784,35	R\$ 6.292,18
10	SPIN 1.8 LTZ	SRW6J78	2024	2025	9BGJC7520SB129967	Educação	R\$ 6.900,00	R\$ 4.735,90	R\$ 5.817,95
11	Marcopolo Minibus Volare W9 Ecolar Acess; Ano/modelo: 2020/2021; Combustível: Diesel	RJQ4J62	2020	2021	93PB90S19MC063520	Educação	R\$ -	R\$ 29.545,86	R\$ 29.545,86
12	Volkswagen Ônibus 15.190 EOD; Ano/modelo: 2018/2019; Combustível Diesel	LMR3F39	2018	2019	9532E82W4KR922193	Educação	R\$ -	R\$ 14.139,50	R\$ 14.139,50
13	Volkswagen Ônibus 15.190 EOD; Ano/modelo: 2018/2019; Combustível Diesel	LMR3E69	2018	2019	9532M52P4KR918932	Educação	R\$ -	R\$ 14.139,50	R\$ 14.139,50
								<b>VALOR TOTAL</b>	<b>R\$ 156.857,07</b>



**Governo do Estado do RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOCARA**  
 Secretaria Municipal de Governo  
 PE 040/2024

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PLACA	ANO	MODELO	CHASSI	UTILIZAÇÃO	MAPFRE	PORTO	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO
1	NXR 160 Bros ESDD	SRW2B46	2024	2024	9C2KD0810RR147742	Agricultura	R\$ 3.200,00	R\$ 2.601,13	R\$ 2.900,57
2	STRADA FREEDOM CD 1.3	SRZ3D59	2024	2024	9BD281BKHSYF55892	Agricultura	R\$ 7.800,00	R\$ 4.935,83	R\$ 6.367,92
3	Volkswagen Nova Saveiro Robust 1.6 8V Total Flex GVI; Ano/modelo: 2020/2021; Combustível: Gasolina/Álcool	RKV0G25	2020	2021	9BWKB45U9MP004038	Agricultura	R\$ 7.800,00	R\$ 3.664,58	R\$ 5.732,29
4	NISSAN VERSA SENSE CVT	SRP7A41	2023	2024	3N1CN8AE4RL809964	Assistência	R\$ 3.500,00	R\$ 3.419,10	R\$ 3.459,55
5	Volkswagen Novo Voyage Comfortline 1.6 8V Flex GVI; Ano/modelo: 2018/2018; Combustível: Gasolina/Álcool	KZC6686	2018	2018	9BWDB45UXJT102295	Assistência	R\$ 3.500,00	R\$ 2.826,20	R\$ 3.163,10

6	Volkswagen Novo Gol Trendline 1.0 12V Flex GVI; Ano/modelo: 2018/2018; Combustível: Gasolina/Álcool	KZC6680	2018	2018	9BWAG45U1JT149803	Assistência	R\$ 3.500,00	R\$ 2.817,32	R\$ 3.158,66
7	Chevrolet Spin Premier 1.8 8V Econoflex; Ano/modelo: 2019/2020; Combustível: Gasolina/Álcool	RKH0B89	2019	2020	9BGJP7520LB123645	Assistência	R\$ 6.900,00	R\$ 4.059,75	R\$ 5.479,88
8	Agrale Micro Ônibus MA 8.5 TCA 4X2; Ano/modelo: 2002/2003; Combustível: Diesel	LOJ8133	2002	2003	9BYC22K1S3C002336	Circular	R\$ -	R\$ 5.254,67	R\$ 5.254,67
9	STRADA FREEDOM CD 1.3	SRZ3D54	2024	2024	9BD281BKHRYP35434	Cultura	R\$ 7.800,00	R\$ 4.784,35	R\$ 6.292,18
10	NXR 160 Bros ESDD	SRW2B35	2024	2024	9C2KD0810RR147764	Gabinete	R\$ 3.200,00	R\$ 2.601,13	R\$ 2.900,57
11	Volkswagen Novo Voyage Comfortline 1.6 8V Flex GVI; Ano/modelo: 2018/2018; Combustível: Gasolina/Álcool	LTK3779	2018	2018	9BWDB45U7JT104618	Gabinete	R\$ 3.500,00	R\$ 2.826,20	R\$ 3.163,10
12	Volkswagen Virtus 1.6 MSI Flex Aut.; Ano/modelo: 2020/2020; Combustível: Gasolina/Álcool	RKD0E98	2020	2020	9BWDL5BZ6LP117486	Gabinete	R\$ 3.500,00	R\$ 3.350,69	R\$ 3.425,35
13	Hillux Cabine Dupla STD/ 4X4 2.08 2022/2023	RIW7D94	2022	2023	8AJDA3CD9P1830980	Meio Ambiente	R\$ 7.800,00	R\$ 6.100,96	R\$ 6.950,48
14	Ford Caminhão Cargo 1719 E5 Turbo 4X2; Ano/modelo: 2014/2014; Combustível: Diesel	LMD3991	2014	2014	9BFYEAGB4EBS69766	Obra	R\$ 12.000,00	R\$ 7.187,51	R\$ 9.593,76
15	Ford Caminhão Cargo 816 Turbo E5 4X2; Ano/modelo: 2017/2018; Combustível: Diesel	LSQ2568	2017	2018	9BFVEADS7JBS43700	Obra	R\$ 12.000,00	R\$ 7.531,98	R\$ 9.765,99
16	NXR 160 Bros ESDD	SRW2A92	2024	2024	9C2KD0810RR147760	Obras	R\$ 3.200,00	R\$ 2.601,13	R\$ 2.900,57
17	STRADA FREEDOM CD 1.3	SSB0D82	2024	2024	9BD281BKHRYP34610	Obras	R\$ 7.800,00	R\$ 4.784,35	R\$ 6.292,18
18	SAVEIRO CS	SSG2I76	2024	2025	9BWKL45U5SP027973	Obras	R\$ 7.800,00	R\$ 4.127,37	R\$ 5.963,69
19	Volkswagen Novo Voyage CL SB 2015/2016	LMI3025	2015	2016	9BWDB45U2GT047656	Planejamento	R\$ 3.500,00	R\$ 2.710,12	R\$ 3.105,06
20	Renault Master Furgão Vitre Extra 2.3 16V DCI; Ano/modelo: 2019/2020; Combustível: Diesel	RJM0F61	2019	2020	93YMAF4XELJ079568	Saúde	R\$ 12.000,00	R\$ 5.907,83	R\$ 8.953,92
21	Renault Master Chassi-Cabine 2.3 16V DCI; Ano/modelo: 2019/2020; Combustível: Diesel	RJY0G50	2019	2020	93YMAFEXALJ183653	Saúde	R\$ 12.000,00	R\$ 6.497,18	R\$ 9.248,59
22	Renault Master Furgão Extra 2.3 16V DCI; Ano/modelo: 2020/2021; Combustível: Diesel	RKP0G30	2020	2021	93YMAFEXAMJ440582	Saúde	R\$ 12.000,00	R\$ 6.867,47	R\$ 9.433,74
23	Renault Master Furgão Vitre Extra 2.3 16V DCI; Ano/modelo: 2018/2019; Combustível: Diesel	LRJ4C03	2018	2019	93YMAF4XEKJ415567	Saúde	R\$ 12.000,00	R\$ 6.957,15	R\$ 9.478,58
24	FIAT ARGO 1.0 FLEX 24/25 MANUAL	SSD2A55	2024	2025	9BD358ACGSYN73480	Saúde	R\$ 3.500,00	R\$ 3.459,77	R\$ 3.479,89
25	FIAT ARGO 1.0 FLEX 24/25 MANUAL	SSD2A21	2024	2025	9BD358ACGSYN73594	Saúde	R\$ 3.500,00	R\$ 3.459,77	R\$ 3.479,89
26	FIAT ARGO 1.0 FLEX 24/25 MANUAL	SSD2B01	2024	2025	9BD358ACGSYN73611	Saúde	R\$ 3.500,00	R\$ 3.459,77	R\$ 3.479,89
27	FIAT ARGO 1.0 FLEX 24/25 MANUAL	SSD2A57	2024	2025	9BD358ACGSYN73904	Saúde	R\$ 3.500,00	R\$ 3.459,77	R\$ 3.479,89
28	FIAT ARGO 1.0 FLEX 24/25 MANUAL	SSD1A20	2024	2025	9BD358ACGSYN74309	Saúde	R\$ 3.500,00	R\$ 3.459,77	R\$ 3.479,89

29	Ranger T6 Crew Cab. 4x4 4 portas 2023/2024 Diesel	SSB9F07	2023	2024	8AFBR01L2RJ351841	Saúde	R\$ 7.800,00	R\$ 12.039,50	R\$ 9.919,75
30	Renault Master L3H2 - 20LUGARES	-	-	-	-	Saúde	R\$ 12.000,00	R\$ -	R\$ 12.000,00
31	MASTER L2H2 AMBULANCIA - Renault	SSC3A69	2024	2025	93YF62002SJ014208	Saúde	R\$ 12.000,00	R\$ 7.099,95	R\$ 9.549,98
32	MASTER L2H2 AMBULANCIA - Renault	SSC3A57	2024	2025	93YF62006SJ043243	Saúde	R\$ 12.000,00	R\$ 7.099,95	R\$ 9.549,98
33	MASTER L2H2 AMBULANCIA - Renault	SSC3A63	2024	2025	93YF62007SJ014186	Saúde	R\$ 12.000,00	R\$ 7.099,95	R\$ 9.549,98
34	MASTER VAN ACESSIBILIDADE - Renault	SSC3C65	2024	2025	93YF62000SJ014174	Saúde	R\$ 12.000,00	R\$ 7.099,95	R\$ 9.549,98
35	FIAT MOBI LIKE	RJ16A71	2021	2022	9BD341ACXNY782627	Saúde	R\$ 3.500,00	R\$ 2.953,08	R\$ 3.226,54
36	FIAT MOBI LIKE	RIU5H57	2021	2022	9BD341ACXNY776273	Saúde	R\$ 3.500,00	R\$ 2.953,08	R\$ 3.226,54
37	Mitsubishi L200 Pick-up Cab Dup Sport Triton GL 2.4 4X4; Ano/modelo: 2018/2019; Combustível: Diesel	LUZ1E80	2018	2019	93XLJKL1TKCJ12506	Saúde	R\$ 7.800,00	R\$ 4.898,43	R\$ 6.349,22
38	VW Polo Track 1.0 Flex 12v 5p 2023/2024	SRM1A21	2023	2024	9BWAG5R18RT003934	Saúde	R\$ 3.500,00	R\$ 3.063,07	R\$ 3.281,54
39	VW Polo Track 1.0 Flex 12v 5p 2023/2024	SQV6E95	2023	2024	9BWAG5R18RT004033	Saúde	R\$ 3.500,00	R\$ 3.063,07	R\$ 3.281,54
40	VW Polo Track 1.0 Flex 12v 5p 2023/2024	SRI0J90	2023	2024	9BWAG5R16RT004726	Saúde	R\$ 3.500,00	R\$ 3.063,07	R\$ 3.281,54
41	VW Polo Track 1.0 Flex 12v 5p 2023/2024	SRK1A44	2023	2024	9BWAG5R18RT005537	Saúde	R\$ 3.500,00	R\$ 3.063,07	R\$ 3.281,54
42	Renault Master Furgão 2.3 16V DCI; Ano/modelo: 2020/2021; Combustível: Diesel	RJE0F88	2020	2021	93YMAFEXCMJ428093	Saúde	R\$ 12.000,00	R\$ 5.297,42	R\$ 8.648,71
43	NXR 160 Bros ESDD	SRW2A78	2024	2024	9C2KD0810RR147718	Segurança	R\$ 3.200,00	R\$ 2.601,13	R\$ 2.900,57
44	NXR 160 Bros ESDD	SRW2B28	2024	2024	9C2KD0810RR152784	Segurança	R\$ 3.200,00	R\$ 2.601,13	R\$ 2.900,57
45	Volkswagen Novo Voyage Higline 1.6 8V Flex GVI; Ano/modelo: 2016/2017; Combustível: Gasolina/Álcool	LTA8935	2016	2017	9BWDB45U7HT072747	Transporte	R\$ 3.500,00	R\$ 2.787,61	R\$ 3.143,81
VALOR TOTAL								R\$ 254.025,49	

## Metodologia aplicada

**9.2.** O valor de referência aferido para o processo de contratação do objeto pretendido, foi obtido por meio do **menor preço** do **lote**, visando atender aos princípios da eficiência e economicidade na utilização dos recursos públicos, permitindo atingir projeção de valores correspondentes a prática do mercado, sem prejuízo à Administração Pública, conforme Art. 6º do [Ato 02/2022-PGJ](#).

## Dos custos estimados

**9.3.** O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, pois sem a referência máxima informada pela Administração, os licitantes tendem a apresentar

propostas de acordo com suas próprias estimativas, deixando de usar a referência maior para maximizar seus lucros.

### **Justificativa de escolha dos fornecedores**

**9.4.** A pesquisa de preços foi realizada com base em pesquisa direta com fornecedor, tendo em vista que os preços dependem das características do veículo específico como ano, modelo, cep de pernoite, classe de bônus, e etc., o que inviabiliza que os preços sejam retirados no painel de compras. O pedido de orçamentos foi enviado para vários corretores e apenas a PORTO SEGURO e a MAPFRE atenderam a solicitação enviando propostas de preços.

### **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** O programa de trabalho/dotação será informado posteriormente pela Secretaria Municipal de Fazenda, em conformidade com o fluxo do procedimento.

**10.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Itaocara, 11 de dezembro de 2024.

**EDUARDO NETO MONTEIRO**  
Secretário Municipal de Transportes

**MARCO AURÉLIO VIEIRA GUERREIRO**  
Secretário Municipal de Educação

**Jean Carlos Figueiredo Merlim**  
Secretário Municipal de Governo